

Audiência pública discute regularização fundiária da vila

Assunto:

VILA ACABA MUNDO



Audiência pública discute regularização da vila

A situação urbanística e jurídica da vila Acaba

Mundo foi abordada hoje, 7 de abril, em audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, por meio de requerimento de autoria da vereadora Sílvia Helena (PPS).

A reunião foi presidida pela vereadora Elaine Matozinhos (PTB) e contou com a presença dos vereadores Anselmo José Domingos (PTC), corregedor da Câmara; Sílvia Helena, Neusinha Santos (PT), líder de Governo da Casa; Tarcísio Caixeta (PT) e Antônio Pinheiro (PSDB).

Localizada na região Sul de Belo Horizonte, a vila Acaba Mundo possui atualmente 1.187 habitantes que residem em 329 moradias. A ocupação começou em 1950, com a instalação da mineradora Lagoa Seca. A principal reivindicação dos moradores é a regularização fundiária. Ocupantes da área desde então, eles ainda não possuem o título de propriedade dos terrenos.

Insegurança

O representante da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, José Carlos Araújo, afirmou que a situação gera insegurança nos habitantes, que temem ser retirados das casas. ?Além disso, enfrentamos muitos problemas de segurança, saneamento e saúde, por não termos uma situação urbana regularizada?, explicou.

A defensora pública, Ana Cláudia Alexandre, ressaltou que, mais que a segurança da posse, a regularização fundiária da vila se faz necessária para que os moradores tenham direito de participar oficialmente da cidade e ter o devido acesso a direitos, como Saúde e Educação. ?É importante que haja a mobilização da sociedade?, afirmou.

A presidente do Fórum de Entidades do Entorno das Mineradoras da Vila Acaba Mundo (Femam), Maria Celeste Reis, disse que o adensamento habitacional na vila é desordenado. ?Todas as melhorias que acontecem na região provêm da luta dos moradores?, constatou.

A procuradora do município, Delze dos Santos Laureano, lembrou que a regularização é a única saída para o Acaba Mundo. ?O desenvolvimento de programas de ajuda aos moradores não faz sentido, se eles se sentem inseguros e com medo de perder as casas?.

Projeto de lei

Encontra-se em fase de elaboração, na Câmara, um projeto de lei de autoria da vereadora Sílvia Helena, que declara de utilidade pública e interesse social os lotes onde está situada a vila, para fins de desapropriação. ?O objetivo é buscar, o mais rápido possível, uma solução para o problema dos moradores?, afirmou a parlamentar.

Também participaram da reunião a representante da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais ? Núcleo de Direitos Humanos, Ana Cláudia da Silva Alexandre; frei Gilvander Moreira, da Pastoral da Igreja do Carmo; a arquiteta do escritório de Integração da Puc-Minas, Margareth Maria de Araújo Silva; a representante do Programa Pólos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, Miracy Barbosa Gustin; e o representante do grupo Unitas, Gustavo Carvalho.

Informações nos gabinetes dos vereadores: Anselmo Domingos (3555-1172/1173); Sílvia Helena (3555-1196/1197); Neusinha Santos (3555-1149/1150); Tarcísio Caixeta (3555-1202/1203); e Antônio Pinheiro (3555-1194/1195).

Data publicação:

Segunda-Feira, 7 Abril, 2008 - 21:00
